



CHILE E A LIDERANÇA SUL- AMERICANA DO BRASIL: QUAL ESTRATÉGIA PREFEREM SUAS ELITES?

Ricardo Gamboa Valenzuela

Working Paper nº 18, Julho de 2011



Chile e a liderança sul-americana do Brasil: qual estratégia preferem suas elites?

Ricardo Gamboa Valenzuela

I.- Introdução

Na literatura recente sobre as relações exteriores na América Latina e, em particular, a que se relaciona à política externa do Brasil, é frequente ler que nos últimos 15 anos, e especificamente a partir da chegada de Lula da Silva ao poder, o Brasil desenvolveu uma nova estratégia, cujo núcleo é a pretensão de fazer do país o líder político e econômico da região. Isso seria parte de sua estratégia para fortalecer sua posição de potência mundial no cenário internacional (Bernal Meza, 2008; Gomes, 2010; Hirst, 2006; Vilalva, 2010; Ferreira, 2011).

Nesse sentido, destaca-se, de um lado que, a partir da Presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e depois com Lula (2003-2010) e com o objetivo de se constituir em uma potência mundial, o Brasil desenvolveu entendimentos com diversas potências intermediárias, passou a fazer parte do grupo BRIC, e assumiu a liderança em múltiplas negociações internacionais (Hirst, 2006: 132).

De outro lado, com relação à sua estratégia na América Latina, o país colocou em prática várias iniciativas destinadas a criar e a fortalecer uma posição de líder da região. Assim, Cardoso liderou a primeira reunião de chefes de Estado da América do Sul, onde propôs uma nova agenda regional, e posicionou o Brasil como agente mediador de diversos conflitos que se desenvolveram na região, como aquele ocorrido entre o Equador e o Peru em 1995. A seguir, com Lula, o Brasil reforçou essa estratégia de “mediação”, e passou a liderar iniciativas para superar conflitos internos de alguns países; além de ser o principal promotor de novas iniciativas de integração, em particular a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e projetos a ela associados.

Esses “movimentos” do maior e mais povoado país da América do Sul não podem deixar indiferente nenhum ator regional e, portanto, se faz necessário que cada um deles – e certamente também o Chile – discuta e analise o que fazer diante dessa nova estratégia brasileira. Nesse contexto, o presente trabalho examina qual é a percepção que a elite decisória chilena tem dessa estratégia e se essa percepção irá eventualmente levar a mudanças na política externa chilena. Esse exercício é necessário, sobretudo se considerarmos que, salvo exceções, existem poucos trabalhos acadêmicos sobre as relações Chile-Brasil (Fonseca, 2006), e menos ainda investigações que as analisem a partir da perspectiva aqui assinalada.

Em termos gerais, este trabalho argumenta que, por enquanto, não se espera que o Chile modifique substancialmente sua estratégia de política externa, o que implica que não adotará uma posição que leve a um “acoplamento” incondicional com o Brasil em seu novo (pretendido) papel de líder regional. Isso ocorre principalmente porque o Chile colocou em prática, a partir de 1990 uma política externa que, dentro de uma plena inserção no concerto internacional e uma profunda integração econômica global, reivindica uma forte autonomia em questões decisórias e, portanto, não considera necessário, nem tampouco funcional para seus interesses “acoplar-se” a algum ator internacional.

Em outras palavras: afirma-se que, no Chile, consolidou-se um “macro consenso” no interior de sua elite, com relação à idoneidade da política de *regionalismo aberto* que teve sucesso e que não é conveniente modificar. A nova estratégia do Brasil e sua importância crescente no contexto regional e internacional não parecem ser argumento suficiente para uma mudança de estratégia. E embora possam existir diferenças internas na própria elite com relação a uma maior ou menor aproximação com o Brasil, essa aproximação pode ser necessária ou conveniente para a realização de certos interesses do país, especialmente os de natureza econômica ou vinculados a suas relações com seus vizinhos. Assim, o *regionalismo aberto* como princípio diretor não está em dúvida.

O que foi dito acima, no entanto, não significa que o Chile não vá continuar cooperando com o Brasil e atuando junto àquele país em muitas questões, como efetivamente o fez a partir de 1990. Mas, se em alguma circunstância isso implicar uma modificação de sua estratégia atual, simplesmente não irá se alinhar ao Brasil. Aliás, isso já ocorreu recentemente e não se vislumbra nenhuma mudança substantiva, principalmente agora, quando o país tem um governo de direita, setor político que nunca demonstrou maior interesse por uma estratégia de “acoplamento” à América do Sul ou a algum país da região. Pois bem, isso é o que se espera; outra coisa é saber se manter uma relação “distante” (leia-se: não se alinhar com o Brasil naquilo que ele peça ou queira) é ou não conveniente para o Chile, principalmente com relação à gestão de sua política de boa vizinhança.

Para esse efeito, o presente artigo foi dividido da seguinte maneira. Primeiro, são estudadas as características principais da política externa chilena a partir de 1990 até 2010 e, em particular, os contornos de sua política para com a América Latina. Em segundo lugar, abordamos especificamente a relação com o Brasil, enfatizando os elementos principais que a caracterizaram e os pontos principais de sua evolução. Além disso, dadas as preferências das elites e as características da política externa recente do Chile, discutimos se é possível prever alguma mudança substantiva nessa política a partir da nova estratégia do Brasil. Por último, apresentamos alguns comentários finais.

II.- La Política Exterior de Chile, 1990-2010. Sus rasgos definitorios

La reinserción internacional y el regionalismo abierto

O governo democrático que assumiu o poder em 1990, encabeçado por Patrício Aylwin (1990-1994), líder da coalizão “Concerto de Partidos pela Democracia”

(CPPD), estruturou sua política externa com base em determinados objetivos e princípios que foram, fundamentalmente, mantidos por seus sucessores. Assim, em questão de política externa, pelo menos desde 1990, o caso do Chile se caracteriza pela continuidade de suas linhas essenciais (Fuentes, 2006; Fuentes, 2009), embora cada governo tenha dado ênfases específicas. Por isso, irei me referir a essas características gerais a fim de estabelecer quais foram essas linhas essenciais e como nesse contexto se insere a política com relação à América Latina e ao Brasil em particular.

Para aqueles que assumiram a direção do país em 1990, a política externa devia estar voltada para “reinserir o Chile no mundo”, superando o isolamento que o país havia sofrido durante os 17 anos de governo militar (1973-1990). Contudo, essa reinserção deveria ser realizada de uma maneira específica, condicionada há vários fatores. Por um lado, o contexto internacional passava por mudanças profundas, já que assistíamos ao fim da Guerra Fria e iniciava-se a transição a um mundo diferente, caracterizado pela primazia dos Estados Unidos, a crise do modelo ISI (Industrialização por Substituição de Importação), o triunfo do paradigma liberal e o desenvolvimento da terceira onda democrática, particularmente na América Latina (Robledo, 2011).

Por outro lado, a própria situação do Chile apresentava características particulares que era preciso considerar. Primeiro, era um país que tinha uma longa tradição de ser um ator ativo no âmbito internacional, mas que também vinha de uma situação de forte isolamento (Walker, 2006). Segundo, iniciava-se um período de transição democrática que lhe serviria como ponto de partida para iniciar essa reinserção, uma reinserção que necessariamente precisava ser bem-sucedida a fim de consolidar a democracia no Chile anulando a possibilidade de que viessem a existir regressões autoritárias (Robledo, 2011). Esse era um imperativo fundamental, que definitivamente marcou também as características da política externa, no sentido de que essa também devia ser funcional para esse objetivo (idem). Terceiro, a estrutura econômica do país havia sido substancialmente transformada a partir de 1975.

O novo modelo econômico tinha um forte selo liberal e seu eixo central era o setor de exportações. Nesse contexto, era imperativo que a nova política externa (que devia se subordinar ao objetivo de fazer uma transição exitosa) considerasse essa nova realidade e consequentemente um de seus objetivos devia ser abrir novos mercados e melhores condições de entrada para as exportações chilenas. Por último, mas não menos importante, havia fatores históricos na política externa que ainda não haviam sido solucionados e que era necessário abordar, em particular as relações com os países vizinhos.

A nova estratégia teve como eixos centrais as seguintes políticas: a) recuperar a presença internacional do Chile por meio de um fortalecimento dos vínculos políticos com vários atores, além de voltar a estimular sua presença nos órgãos multilaterais para fazer valer sua voz e defender valores tradicionais da política externa chilena tais como o respeito aos direitos humanos, a paz e a democracia (v. Klaveren, 1998; Walker, 2006); b) fortalecer a inserção econômica internacional do Chile, adotando uma política de *regionalismo aberto* que combine “estratégias unilaterais, bilaterais, regionais e multilaterais”. Ou seja, uma estratégia que postula a “utilidade de acordos regionais como mecanismos para a expansão do comércio e dos investimentos, mas que afirma a necessidade de que esses fortaleçam um comércio mundial cada vez

mais livre, fazendo com que a abertura unilateral seja compatível com a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais. Isso é, no quadro da nova estrutura econômica chilena, o objetivo imperativo é fortalecer a inserção econômica do Chile por meio de instrumentos múltiplos considerados compatíveis; acordos com várias potências ou países (como países da Ásia, da Europa e os Estados Unidos), abertura unilateral ou promoção do livre comércio em órgãos multilaterais” (Wilhelmy/Fuentes 1997: 239). O sucesso da transição dependia do sucesso da política econômica e, portanto, para que a política externa contribuísse para esse sucesso, a inserção econômica internacional do Chile e seu acesso a mais mercados e em melhores condições era a forma de realizá-la (Wehner, 2010); c) com relação à América Latina haveria estímulo à integração econômica e ao acordo político.

Definidos esses eixos, o Chile desenvolveu, em primeiro lugar, uma ativa presença nos foros e instituições multilaterais, algo que tinha uma importância especial para um país pequeno que não tem grande influência por si só, e porque, além disso, os temas internacionais estavam adquirindo um papel mais relevante na medida em que um número crescente de assuntos comerciais e políticos precisava ser resolvido por meio de negociações multilaterais (Klaveren 1998). Assim, o Chile foi muito ativo no sistema das Nações Unidas estimulando várias iniciativas relacionadas com matérias diferentes e delas participando – tais como operações de paz, acordos para reduzir a proliferação de armamentos, a regulamentação do uso de territórios antárticos e dos mares, a proteção ambiental (Klaveren 1998). De acordo com sua tradição histórica, o país foi um ativo promotor da defesa dos direitos humanos, participando em várias etapas da Comissão de Direitos Humanos da ONU; o mesmo ocorreu no caso da democracia, estimulando a comunidade das democracias (Walker, 2006).

Em segundo lugar, foi desenvolvida uma estratégia destinada a melhorar e/ou reconstruir relações com os principais atores do sistema internacional. Primeiro, as relações com os Estados Unidos adquiriram caráter prioritário, procurando-se fortalecer os vínculos políticos e econômicos entre os dois países e, ao mesmo tempo, resolver os temas que estavam pendentes e criavam obstáculos para uma relação mais fluida. Aliás, desde o princípio o país, buscou realizar fortes aproximações que levaram à solução de vários problemas (como o embargo de armamentos e o assassinato do ex-chanceler Letelier).

Nesse quadro, a relação na questão de defesa teve prioridade, e foram realizados avanços importantes (Wilhelmy/ Duran, 2003: 281). Da mesma forma, o Chile tentou desde o início fortalecer a relação econômica, primeiro apoiando fortemente a Iniciativa para as Américas (Direcon, 2009: 125), e mostrando-se sumamente interessado em ingressar no NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio). Contudo, o convite feito por três membros do NAFTA para o Chile integrar o tratado não evoluiu como se propunha a princípio (1996) e foi somente em 2003 que ele se concretizou parcialmente com a assinatura de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos. Com isso, foi realizada uma das aspirações chilenas mais importantes dos últimos anos (Fuentes, 2006).

Paralelamente, ficaram fortalecidos os vínculos com o Canadá, país com o qual também foi assinado um TLC em 1996 e com o qual o Chile também operou de forma conjunta em órgãos multilaterais e em algumas iniciativas particulares, tais como a relacionada com a proibição de minas terrestres (Klaveren 1998).

Terceiro, a relação com a Europa teve alta prioridade. Em 1990, foram iniciadas negociações a fim de concluir um acordo de Cooperação, que foi assinado em dezembro daquele ano. (Leiva 2003: 38). No momento seguinte, continuaram os intercâmbios diplomáticos para fortalecer a relação e, em 1994, a União Europeia convidou o Chile para negociar um novo tratado, que abrangia o aprofundamento do diálogo político, o fortalecimento da cooperação e a liberalização do comércio de bens (Leiva, 2003: 40). Isso teve como consequência a assinatura em 1996 de um Acordo – Quadro de Cooperação (conhecido como Acordo de Florença), que foi, além disso, um passo intermediário na concretização de uma associação mais estreita. Essa ocorreu finalmente em 2002, com a assinatura do “Acordo pelo qual se estabelece uma Associação entre a Comunidade Europeia e seus Estados Membros, por uma parte, e com a República do Chile, por outra” (Gamboa, 2008), que entrou em pleno vigor em março de 2005.

Esse acordo, como o TLC com os Estados Unidos, foi de grande interesse para o Chile, já que a União Europeia era um de seus principais sócios comerciais e, portanto, era da maior importância conseguir as melhores condições de acesso de seus produtos a esse mercado. Igualmente, ser um aliado estratégico da UE daria ao Chile uma posição privilegiada, em particular em relação a outros países da região (Gamboa, 2008).

Quarto, as relações com a região do Pacífico asiático, que durante o governo militar também haviam recebido muita atenção, tiveram alta prioridade a partir de 1990 (Klaveren, 1998; Wilhelmy, 2010). Desde o início da transição, o Chile buscou ingressar na APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), o que foi conseguido em 1994 e, a partir daí, o país foi um membro ativo dessa organização, tendo sido, inclusive, sede para o Fórum da APEC em 2004.

Nesse âmbito, o Chile também colocou em prática uma políticaativa de aproximação econômica com vários países asiáticos que iam progressivamente se tornando mais relevantes como sócios comerciais, política que se materializou com o reatamento de vínculos políticos com os diversos países da região e particularmente com a assinatura de vários TLCs: China (2008), Coreia do Sul (2003), o P4 (Brunei, Cingapura e Nova Zelândia), Japão (2007), Austrália (2008), além de um Acordo de Alcance Parcial com a Índia (2007) (Wilhelmy, 2010). Nesse mesmo contexto, a região do Sudeste asiático gradativamente passou a ser um sócio cada vez mais próximo do Chile, particularmente no plano comercial, de tal forma que já em 2010 as exportações chilenas para a região tinham aumentado de 3 para cerca de 22 bilhões de dólares americanos, ou seja, a Ásia é receptora de aproximadamente 40% das exportações chilenas.

Chile e América Latina: conflitos entre vizinhos, a integração econômica eo diálogo político

A política chilena para com a América Latina esteve em parte caracterizada pelo mesmo interesse do país em se reinserir internacionalmente, buscando, para tal fim, reconfigurar suas relações com vários países, particularmente na área comercial; além de buscar – mesmo que em alguns casos com certa timidez – que o Chile desempenhasse um papel político mais ativo na região. Receberam uma atenção

especial as relações vicinais com a Argentina, o Peru e a Bolívia, países com os quais existiam diferenças importantes provenientes do século XIX que precisavam ser abordadas de uma perspectiva que tivesse como base a cooperação e não o confronto entre os países (Robledo, 2011). Nesse contexto, as características principais da política sul-americana do Chile foram as seguintes:

Por um lado, o Chile participou ativamente de várias instâncias de diálogo regional, mantendo, desde o início, um discurso muito favorável à cooperação e à integração na América Latina. O país é, assim, ativo participante da OEA (aliás, um chileno é atualmente secretário geral dessa organização), promoveu-se como colaborador para garantir a paz em alguns conflitos (é fiador do Acordo de Paz entre o Equador e o Peru), e se uniu a várias iniciativas de acordo político, como o Grupo do Rio (promovendo a declaração de Santiago de 1991) e a Comunidade Sul-Americana de Nações – UNASUL). Da mesma forma, apoiou desde o início a formação da UNASUL, instância da qual ocupou inclusive a secretaria *pro tempore*, considerada o espaço adequado para que o Chile pudesse desempenhar um papel político mais ativo na região e útil para defender e promover seus interesses nos países vizinhos.

Contudo, a esse respeito é necessário fazer uma ressalva relevante. Porque, apesar de existir um discurso a favor da aproximação e do estabelecimento de uma relação mais profunda com a América Latina (relação prioritária) especialmente a partir de 2006 (Flisflisch, 2011; Moreno, 2010) e inclusive de apoio à integração latino-americana, é difícil supor que os *tomadores de decisões* chilenos pensem que essa relação ultrapasse um determinado nível de profundidade. Ou seja, não se imagina que o Chile pretenda ir além do diálogo político e do estabelecimento de regras econômicas (além de certas alternativas de cooperação em outros âmbitos) em suas relações com os países da América Latina, e em particular não cremos que o país consiga pensar ser parte de instâncias de integração regional real, onde existam instituições supranacionais.

A rigor, se observamos o que ocorre, a verdade é que o Chile tem um discurso a favor da integração, mas na prática só promove uma integração econômica com os países da região, e isso só até o momento em que essa integração não crie obstáculos para sua política de regionalismo aberto. De fato, desde 1990, o país procurou regulamentar e fortalecer suas relações comerciais com vários países da América Latina, com os quais formou Acordos de Complementação Econômica (ACE), enquanto com outros estabeleceu TLCs (ver Tabela) além de assinar um conjunto de outros acordos econômicos como tratados de tributação dupla. No entanto, o Chile parece não querer ir mais à frente. Um fato que demonstrou essa hipótese (que não parece ter mudado recentemente) é o que ocorreu na sua relação com o Mercosul. Em 1996, o Chile se incorporou ao Mercosul como membro associado, em um passo compatível com sua estratégia de regionalismo aberto.

Pouco depois, no governo de Lagos (2000-2006), e enquanto era presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, começou-se a discutir a possibilidade de o Chile ser membro pleno desse acordo e inclusive foram dadas instruções à chancelaria para que fossem explorados os mecanismos necessários para concretizar essa ideia. No entanto, no meio das negociações, o Chile abruptamente decidiu não continuar com elas ao aceitar um convite para fazer parte de um TLC com os Estados Unidos. Dessa forma, diante da possibilidade de conseguir o acordo com os Estados Unidos, o Chile

desprezou a chance de se integrar seriamente na América Latina. O país justificou a decisão afirmando que o nível alfandegário do Mercosul era mais alto que o chileno. Contudo, como isso era sabido desde o princípio, as razões devem ser procuradas em outras variáveis, uma das quais pode ser o desinteresse de nossa elite decisória de se incorporar a um sistema que hoje não tem grande sucesso, e que limitaria fortemente a autonomia que o Chile tem atualmente, pondo fim (ou quase) a uma estratégia que parece ser considerada muito adequada.

Tratados comerciais firmados pelo Chile 1990-2008.

Acordos de Associação Econômica	Firmado	Entrada em vigor
P4 (Nova Zelândia, Cingapura, Brunei)	18.07.2005	08.11.2006
União Europeia (27 países atualmente)	18.11.2002	01.02.2003
Japão	27.03.2007	03.09.2007
Tratados de Livre Comércio		
Canadá	05.11.1996	05.07.1997
Coreia	15.02.2003	01.04.2004
China	18.11.2005	01.10.2006
América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua)	18.10.1999	Está vigente com todos, menos a Nicarágua
Estados Unidos	06.06.2003	01.01.2004
México	17.04.1998	01.08.1999
EFTA (Noruega, Islândia, Suíça, Liechtenstein)	26.06.2003	01.12.2004
Panamá	27.06.2006	07.03.2008
Colômbia	27.11.2006	08.05.2008
Peru	22.08.2006	01.03.2009
Austrália	30.07.2008	06.03.2009
Turquia	14.07.2009	01.03.2011
Malásia	15.12.2010	
Vietnã	Em negociação	
Acordos de Complementação Econômica (ACE)		
Equador	20.12.1994	01.01.1995
Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai)	25.06.1996	01.10.1996
Bolívia	06.04.1993	07.07.1993
Venezuela	02.04.1993	01.07.1993
Acordos de Alcance Parcial		
Índia	08.03.2006	17.08.2007
Cuba	20.12.1999	28.08.2008

Fonte: www.direcon.cl (consultado no dia 10 de junho de 2011).

Quanto ao tema local, esse constituiu uma das prioridades do novo governo. Buscou-se desde o princípio estabelecer ou restabelecer relações sustentáveis com seus vizinhos, já que com todos eles o país tinha problemas a serem solucionados.¹

No caso da Argentina, e no contexto de uma situação em que os dois governos estavam dispostos a resolver pacificamente suas diferenças e interessados em fazê-lo (Robledo, 2011), buscou-se desde o princípio estabelecer uma nova moldura para uma relação mais fluida e frutífera.

¹A seguir apresentamos alguns aspectos gerais sobre a relação do Chile com seus vizinhos. Para uma análise mais extensa e mais recente, veja Artaza/Millet (2007).

Assim, a partir de 1990, houve um rápido progresso na solução dos vários problemas limítrofes apenas continuando pendente até hoje a demarcação da zona de Campos de Hielo. Da mesma forma, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas de aprofundamento e regulamentação da relação econômica. Em 1991, foi assinado um Acordo de Complementação Econômica (logo substituído pela associação do Chile ao Mercosul em 1996), um acordo de tributação dupla, iniciativas em questões de cooperação fronteiriça, e um Tratado Mineiro em 1997. Em um período de apogeu da relação, foi inclusive implementada a integração gasífera entre os dois países (1998) (Parish, 2006; Gamboa/Huneeus, 2007).

Na questão da Defesa, os avanços foram notórios, tendo sido constituído o Comitê Permanente de Segurança Chileno/Argentino (COMPESERG) em 1995, e posteriormente desenvolvido um conjunto de medidas como a elaboração de uma metodologia comum para avaliar o que fora gasto na área, trabalhar conjuntamente na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) e inclusive formar uma força binacional para participar das operações de paz (Cruz do Sul).

Contudo, a essa época, surgiram também situações que enfraqueceram as relações, sendo particularmente difícil a situação criada a partir da chamada “crise do gás” (Huneeus, 2007), que pôs em dúvida a força da relação com a Argentina.² No entanto, após um período de certo distanciamento, as relações foram restabelecidas, de tal forma que, em 2009, foi dado um novo impulso com a assinatura do Acordo de Maipú, que tem como objetivo (pelo menos em nível discursivo) o fortalecimento da integração argentina-chilena.

No caso do Peru, também se buscou reconfigurar a relação sobre novas bases, mesmo quando os resultados foram menos promissores. A partir de 1990, foram empreendidos esforços para completar a execução de cláusulas pendentes do tratado limítrofe de 1929, e essas finalmente foram finalizadas com a assinatura das “Convenções de Lima” em 1993 (Klaveren, 1998; Robledo, 2011). Apesar disso, o processo de sua ratificação foi lento e só em 1999 foi possível dar por terminado o processo do cumprimento de todos os dispositivos do tratado e a assinatura da “Ata de Execução”.

Paralelamente, o Chile continuou buscando fortalecer a relação econômica, e esses esforços tiveram como resultado a assinatura do ACE 38 em 1998, após quatro anos de negociação (Direcon, 2009). Em 2006, foi firmado um novo acordo, dessa vez um TLC (Tratado de Livre Comércio) que entrou em vigor em 2009; ampliou as disposições do ACE 38 e incorporou uma série de questões, tais como os investimentos e o comércio transfronteiriço.

² Esse conflito surgiu com a decisão argentina (em 2004) de limitar fortemente suas exportações de gás para o Chile, já que tinha problemas de abastecimento interno. Para o Chile, foi um problema sério, pois desde 1997 havia se tornado extremamente dependente do gás argentino, que tinha passado a constituir mais de 30% da matriz energética chilena. Além do problema energético em si, (que definitivamente obrigou o Chile a buscar outras fontes de fornecimento de gás), o episódio prejudicou as relações com a Argentina e certamente afetou as percepções da elite e do eleitorado em geral sobre a possibilidade de o Chile ter uma integração mais profunda com países da América Latina.

Nesse contexto, a integração econômica entre o Chile e o Peru fortaleceu-se enormemente, e o intercâmbio comercial entre os dois países alcançou a soma de US\$ 2.270 milhões em 2010. Da mesma forma, em termos de investimentos, o Peru foi um importante destino chileno no exterior, totalizando 10 bilhões de dólares em 2010 (Direcon, 2010). Em outra ordem, foram desenvolvidas iniciativas de aproximação que se traduziram na criação de mecanismos de cooperação na área de Defesa, tendo sido criado, em 2002, um Comitê Permanente de Segurança e Defesa, que constitui uma instância de coordenação e cooperação nessas questões, semelhante àquela que ocorre com a Argentina (Robledo, 2011). Da mesma forma procurou-se fortalecer a cooperação em questões culturais, controle fronteiriço e comércio transfronteiriço (Walker, 2006).

Embora, em termos gerais, a tendência fosse para um fortalecimento da relação, essa não esteve isenta de tensões geradas por vários motivos, alguns deles relacionados com temas comerciais (Milet, 2011). Contudo, mais difícil ainda é a situação gerada a partir da aprovação de uma lei no Peru que estabeleceu as linhas de base para seus espaços marítimos.

Por essa lei, o Peru exigiu que o Chile comparecesse à Corte Internacional de Justiça em 2008, solicitando que fosse fixado um novo limite marítimo reduzindo o território marítimo atual do Chile. No momento, o julgamento segue seu curso enquanto os países envolvidos continuam mantendo um discurso de prosseguir com o estabelecimento de uma “agenda de futuro” que se concentre nos vários temas que a relação abrange, e no qual enfatizam que a decisão do tribunal será respeitada (La Tercera, 15.6.2011). No entanto, é claro que para o futuro da relação o resultado desse julgamento é vital e que dele dependerá o progresso ou não de uma aproximação maior entre os dois países.

As relações com a Bolívia foram mais complexas, embora, em termos gerais, tenha havido um avanço. À exceção de um interregno entre 1975 e 1978, os dois países não tiveram relações diplomáticas antes de 1990. Nesse contexto, o novo governo começou a buscar mecanismos para estruturar um diálogo que tratasse de assuntos bilaterais mesmo que não seja (nem aparentemente venha a ser) do interesse do Chile propor um acesso soberano da Bolívia ao mar, algo que é a aspiração central daquele país.

Assim, em 1993, foi assinado um ACE que tinha a intenção de facilitar o comércio entre os dois países e, em 1994, foi estabelecido um “Mecanismo Permanente de Diálogo Político” (Klaveren, 1998). A ele foram adicionadas iniciativas para facilitar a integração física, a passagem de turistas e procedimentos alfandegários, além de um acordo de trânsito aéreo. A partir de 2000, o diálogo se intensificou e foi estabelecida uma “agenda sem exclusões” e os dois países começaram inclusive a negociar um eventual acordo gasífero entre eles (Walker, 2006). No entanto, esse acordo não prosperou e a relação entre os dois países entrou em um período de tensão, além do fato de a Bolívia ter entrado em um período de forte instabilidade política, algo que dificultou o avanço das negociações.

Com a chegada de Evo Morales à Presidência da Bolívia, as relações voltaram a se estabilizar: a agenda de conversações foi retomada (deu-se, inclusive, a primeira visita de um presidente chileno à Bolívia desde o século XIX), e foi estabelecida uma

“Agenda de 13 pontos”, que elaborou uma estrutura para tratar de vários assuntos, inclusive o marítimo e a cooperação em questões de Defesa (Milet, 2011; Robledo, 2011). Apesar desses avanços, hoje (junho 2011), a relação está paralisada em virtude de a Bolívia ter anunciado que recorreria a tribunais internacionais para realizar sua pretensão de uma saída marítima por território chileno (La Tercera, 17.6.2011).

A relação com o Brasil

Nas páginas anteriores, foram esboçadas as características principais da política externa chilena entre 1990 e 2011. Para esse fim, mais que explicitar o que ocorreu nos vários níveis e os pontos fundamentais que marcaram a estratégia de relações entre o Chile e o mundo em geral, e os países da América Latina em particular, o que interessa enfatizar aqui é o seguinte: até a data atual, o Chile desenvolveu uma política externa que, em linhas gerais, procurou reinserir o país no mundo, promovendo sua participação no âmbito multilateral (econômico e político, como em outras áreas onde é possível cooperar) e acordos com vários países (em especial econômicos), mas sempre procurando preservar a autonomia decisória (regionalismo aberto). Nisso, o Chile teve cuidado especial para não “se amarrar” a nenhuma instituição ou aliança que afetasse essa política de inserção aberta e global. Ou seja, como se diz no país, em questão de política externa, o Chile não quer “casar com ninguém”.

Como é possível observar pelo atual debate político chileno, no qual as relações internacionais certamente não são uma questão muito relevante, nossa elite decisória parece não estar muito interessada em modificar substantivamente essa estratégia. Aliás, se analisarmos os programas presidenciais dos principais candidatos na eleição de 2009, veremos que nenhum deles propôs uma mudança significativa em sua orientação. Da mesma forma, quando observamos as tendências da opinião pública é possível perceber um grau sempre alto de aprovação da gestão da política externa (normalmente a área que tem melhor avaliação) e, em sua maioria, os chilenos dizem estar de acordo com essa gestão (IEI, 2008; www.adimark.cl). Ou seja, tampouco existe uma “demanda” de mudança da política externa.

É nesse contexto que devemos analisar a relação do Chile com o Brasil e como se estrutura a percepção da elite com respeito a seu possível conteúdo e características futuras. A partir dessa perspectiva, a seguir iremos expor alguns elementos que configuraram a relação Chile-Brasil para depois discutir alguns elementos daquilo que devemos esperar que ocorra.

Chile e Brasil desde 1990: uma relação fluida, mas com tropeços

As relações entre o Brasil e o Chile desde 1990 estão marcadas pelo novo quadro político dos dois países, no qual a democracia vai se consolidando como regime político. Nesse contexto, os dois países vão se encontrar “do mesmo lado da mesa” em várias questões, atuando em conjunto na promoção da Carta Democrática da OEA em 2011, além de serem participantes ativos nos sistemas de diálogo regional como o Grupo do Rio (Fonseca, 2006). Da mesma forma, no plano multilateral, os dois países coincidem com respeito à necessidade de fortalecer esses mecanismos a fim de avançar com alguns de seus objetivos e, nesse quadro, exibem uma história não

menos importante de “posições comuns” em várias conferências da ONU sobre diversos assuntos (idem). Da mesma forma, o Chile apoiou desde o princípio o interesse do Brasil de tornar-se membro do Conselho de Segurança da ONU (o que foi, além disso, reafirmado pelo governo de Piñera), enquanto o Brasil apoiou a posição chilena na ONU em relação à intervenção no Iraque em 2003 (idem).

Nesse quadro, foi desenvolvido um conjunto de mecanismos de consultas que operam com regularidade e que tratam de vários aspectos da relação bilateral, como o da posição de cada país diante de diversos problemas internacionais que os dois enfrentam e que serve como exemplo de coordenação.

Por outro lado, foi desenvolvido também um conjunto de iniciativas destinadas a fortalecer a cooperação que incluem convênios entre os ministérios da Mulher (2007) e da Segurança Social (2007) e protocolos de cooperação em questões científicas (1990, 1993) e do meio ambiente (2006) (www.minrel.gov.cl). A isso são acrescentados outros exemplos, tais como a Comissão Técnica Bilateral Chile-Brasil, que analisa os temas de integração física, cujo objetivo principal é, por enquanto, a construção de um Corredor Bioceânico (Santos-Iquique), que até o momento não se concretizou.

Contudo, nesse período, também ocorreram algumas situações problemáticas que geraram algum conflito, como a decisão chilena de não tornar-se membro pleno do Mercosul (Milet, 2011).

No plano econômico, também houve um desenvolvimento profundo nas relações entre os dois países. Em primeiro lugar, como foi dito, a relação comercial passou a ter um *status* mais formal com a incorporação do Chile como membro associado do Mercosul em 1996. Nesse contexto, houve um enorme desenvolvimento do intercâmbio comercial que aumentou de 2.052 milhões de dólares em 1996 para 8.784 milhões em 2010.

Em segundo lugar, no tema dos investimentos, o desenvolvimento foi muito importante, sendo que o Brasil é hoje receptor de 20% do investimento estrangeiro chileno, com 11,410 milhões de dólares em 2010. Com isso, o país é o segundo destino depois da Argentina, onde, em 2010, foi investido quase 16 milhões.³ Apesar disso, o mesmo não ocorre no sentido inverso: o investimento brasileiro no Chile é muito baixo, sendo 0,5% do investimento estrangeiro no Chile, totalizando 594 milhões de dólares em 2010 (www.emol.com).⁴

Em terceiro lugar, dada a relevância da relação econômica (sobretudo para o Chile) que, além disso, flui sem maiores controvérsias, os países buscaram fortalecer o quadro institucional da relação. Isso se deu por meio da assinatura de acordos de tributação dupla (2003), transporte aéreo (2008) e a abertura de negociações para um Acordo Bilateral de Investimentos (El Mercúrio, 18.05.2011). Foi também constituída uma Comissão de Comércio Bilateral, em que trabalham vários grupos técnicos

³ Desse total, esses investimentos se concentraram em energia (37%), indústria (32%) e serviços (26%).

⁴ Para uma análise das possíveis causas para isso, ver López/Muñoz (2008).

analisando em profundidade o desenvolvimento de várias áreas do comércio bilateral, e são discutidas as soluções para diferenças ou contenciosos eventuais.

Chile e a estratégia de liderança regional do Brasil: o que fazer e suas eventuais consequências?

Como foi explicado anteriormente, o Chile adotou uma política de relativa proximidade com o Brasil, na qual colocou muita ênfase no desenvolvimento das relações comerciais. No plano político regional, também se juntou com entusiasmo à principal iniciativa de acordo político regional criada recentemente e que surge por iniciativa brasileira, a UNASUL.

De acordo com Flisflisch, essa decisão implicou abandonar uma atitude “mais reativa” do Chile com relação a essas iniciativas e optar por sua aceitação, sob a liderança brasileira, por três motivos: uma mudança de prioridades do Chile, sob a liderança de Bachelet, no sentido de dar maior prioridade à América Latina; as iniciativas de Chávez e particularmente a consolidação da ALBA, que tinha um caráter do qual o Chile não compartilhava e que era contrário a seus interesses; e os custos potenciais que teria o Chile para excluir-se de uma iniciativa brasileira, assumindo uma posição periférica (2011).

Se essa é a situação, a pergunta seguinte é como o Chile percebe sua participação na UNASUL, e se isso implica que será preciso uma decisão em relação a uma possível harmonização com o Brasil na política regional e multilateral, ou seja, seguir a sua liderança. Com respeito a esses pontos, cabem as seguintes considerações.

Em primeiro lugar, embora o ingresso na UNASUL não seja algo do máximo interesse para o Chile, representaria uma oportunidade de gerar um espaço para ter uma política regional mais ativa na qual o país pudesse expressar seus interesses. Isso seria particularmente necessário para que o país não ficasse isolado na região, algo que seria problemático já que ele é parte dela e muitos de seus interesses estão a ela relacionados. Não estar nela pode significar perder posições na região, com os custos eventuais que isso traz. Além disso, seria uma alternativa muito mais funcional para seus interesses que a ALBA, e a iniciativa brasileira aparece como uma forma de neutralizar a visão chavista de uma integração mais exigente e com contornos ideológicos anti-norte-americanos.

Em segundo lugar, a UNASUL é uma estrutura nascente, e juntar-se a ela não implica, para o Chile, abandonar sua estratégia tradicional e sim conservar ampla autonomia para atuar nas negociações internacionais. Não é uma instituição que implique uma cessão de soberania e, nesse sentido, para a elite chilena não parece ser uma opção que, segundo sua percepção, imporia grandes obrigações ao país. Nesse sentido, “acompanhar” o Brasil não representa um custo maior e não altera a estratégia global do país. Isso flui com relativa clareza do debate no parlamento chileno com relação à aprovação do tratado constitutivo da UNASUL, no qual um dos pontos de maior destaque foi que o tratado não significava “restringir nossa vocação pelo regionalismo aberto” nem contemplava elementos de supranacionalidade. (Senado, 2010: 4-5).

Em terceiro lugar, e dado o que foi dito anteriormente, no Chile e particularmente em sua elite decisória, tem primazia o conceito de que não se deve variar substantivamente a estratégia seguida até o momento, que se considera exitosa. Consequentemente, a ideia que parece ter prioridade é a de que, se o Brasil tem essa iniciativa e é um líder regional, o Chile pode (ou talvez deva em alguns casos) acompanhá-lo, mas sempre e quando isso não interferir com a estratégia global do Chile. Na medida em que uma “associação” mais próxima com o Brasil limitar as ações do Chile, o provável é que o país se desligue do Brasil e adote o caminho que melhor proteja seu interesse e sua autonomia. Aliás, o país já decidiu fazer isso em algumas oportunidades.⁵

Contudo, isso não significa que, no plano discursivo, o Chile deixará de ter uma posição de apoio às iniciativas de integração lideradas ou não pelo Brasil. Da mesma forma, o provável é que siga, como até aqui, valorizando o papel do Brasil no nível internacional e a importância de sua liderança, tentando aproveitar-se dele para satisfazer determinados interesses (Moreno 2010^a).⁶

O argumento, simplesmente, é que não se vislumbra uma mudança profunda em sua estratégia internacional e, portanto, não se espera um “acoplamento” muito substantivo do Chile ao Brasil. Isso é, o que mais se espera no contexto atual, com um governo de direita, que nunca teve maior interesse em fortalecer mecanismos de integração regional e que desconfia, como faz uma boa parte da elite, da capacidade e do interesse real dos países sul-americanos de criar mecanismos institucionais *reais* de integração. A esse respeito, cabe enfatizar que, nas discussões sobre a política externa chilena, repete-se com frequência (e por pessoas de várias correntes políticas) o argumento de que é impensável que o Chile seja parte de iniciativas de integração regional profundas, já que se acredita que os países sul-americanos, e o Brasil em particular, não têm disposição de criar e manter instituições estáveis e fortes, e sim que preferem favorecer iniciativas de baixa institucionalização que, para o Chile, são muito precárias e pouco atraentes. Aliás, a experiência da integração gasífera com a Argentina e a história do Mercosul não ajudam a superar esse ceticismo.

Comentários finais

O argumento central deste artigo é que no interior da elite chilena existe um consenso em torno de uma estratégia de *regionalismo aberto*, que segue vigente e cuja manutenção como eixo diretor da política externa não está em discussão. Como consequência disso, não se observa que o Chile esteja particularmente interessado em “se acoplar” a algum país do mundo ou da região que pretenda se transformar em líder regional, como seria o caso do Brasil.

⁵ Embora possam existir no interior da elite algumas diferenças em relação à necessidade de se aproximar mais do Brasil em questões específicas. Nisso podem haver diferenças, mas não com relação à ideia de que o regionalismo aberto é a estratégia-base do Chile, com a consequência de que nenhum acoplamento absoluto a algum ator internacional é possível.

⁶ Ou como expressou um senador quando lhe formulei a pergunta sobre a liderança brasileira: “creio que, para nós, dá no mesmo”.

Ao contrário, o que se espera é que o Chile “acompanhe” essa liderança brasileira na medida em que isso sirva a seus interesses particulares, mas não é possível presumir que será um aliado incondicional. A isso podemos acrescentar que o país tampouco está interessado em gerar iniciativas de integração mais profundas (com instituições supranacionais) precisamente porque não crê nelas e sua adoção significaria abandonar sua bem-sucedida estratégia, e porque tem uma profunda desconfiança da vontade de vários países – e também do Brasil – de criar instituições fortes e sólidas por meio das quais se desenvolvam as relações entre os países.

Com isso, cabe perguntar-se a respeito de duas questões acessórias relacionadas e que são relevantes aqui. A primeira refere-se à questão de se, apesar desse consenso sobre a estratégia geral, é possível observarmos fissuras na elite sobre aspectos específicos da relação do Chile com a América Latina e com o Brasil em particular.

Esse é um ponto difícil de ser esclarecido, já que a discussão pública sobre a questão é pouca e os atores são avessos a se estenderem sobre aspectos específicos. Contudo, sim, é claro que na direita atualmente no poder, a posição dominante é a de não favorecer iniciativas de integração regional profundas, nem tampouco àquelas que sejam a favor de algum “acoplamento” com certos países. Isso se observa com clareza a partir de sua gestão no governo.

Além disso, na centro-esquerda, parece ser também majoritária uma posição de ceticismo sobre a integração regional, como demonstra o fato de ter-se privilegiado, durante sua gestão, uma integração fundamentalmente econômica com a região. Apesar disso, existe um discurso mais inclinado a um fortalecimento das relações com os países da região que vai além de uma administração adequada das relações com os países vizinhos. São seus especialistas que mais discutem a necessidade de fortalecer as relações regionais, dando ênfase especial a sua importância para a realização de certos objetivos de nossa política externa.

Isso foi notório no contexto da discussão da integração do Chile à UNASUL. Nesse mesmo contexto, observa-se que alguns deles enfatizam a necessidade de abordar a nova situação regional e a liderança brasileira com maior profundidade, dada a importância desse país para o desenvolvimento dos interesses do Chile na região.⁷ Apesar desses matizes, não se observa que existam diferenças muito significativas a respeito.

Em segundo lugar, formula-se a pergunta sobre se a estratégia mais esperada é a mais adequada, especialmente do ponto de vista da realização dos interesses presentes e futuros do Chile. Esse é um assunto, como muitos outros, que não é tratado com profundidade na literatura e, portanto, é difícil saber o que pensa a elite a respeito, e que diferenças possam existir entre seus membros. No entanto, é possível distinguir alguns temas que podem ser relevantes para o Chile e que podem prejudicá-lo no caso de se manter distante do Brasil: a) o Chile tem hoje, evidentemente, conflitos com dois de seus três vizinhos, e para sua solução a ajuda do Brasil pode ser muito

⁷ Contudo, há também especialistas na direita que advertem com relação à importância do Brasil no cenário mundial e à importância das relações do Chile com essa nova potência, como o ex-chanceler Hernán Errázuriz.

relevante; b) o sistema de segurança sul-americano será liderado pelo Brasil e, portanto, o Chile não pode ficar fora dele (Baeza, 2010); c) para a realização dos interesses econômicos do Chile, a ajuda do Brasil pode ser muito relevante.

E isso não só pela importância do Brasil para a expansão de seu investimento estrangeiro, já que uma grande parte desse investimento está no Brasil e, portanto, é necessário que continue a ser realizado em boas condições. Por outro lado, porque o Brasil também necessita sair para o Pacífico e o Chile pode ser uma boa plataforma, o que, além disso, pode lhe trazer grandes benefícios, a não ser que outro país lhe passe à frente. Por último, se o Chile quer ampliar seus investimentos para outras regiões onde o Brasil tenha influência, a ajuda brasileira é vital para o sucesso dos mesmos.

Bibliografía

- Artaza, Mario e Paz Milet (orgs.). *Nuestros Vecinos*, Santiago: RIL, 2007.
- Baeza, Jaime. "Alcances de lo que significa ser una potencia emergente en el siglo XXI". In *Relaciones Internacionales y Renovación del Pensamiento*, editado por Patricio Leiva. Santiago: Universidad Miguel de Cervantes-Instituto de Estudios Humanísticos, 2010, pp. 37-44.
- Bernal-Meza, Raúl. "Argentina y Brasil en la política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión)". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51 (2): 2008, pp. 154-178.
- Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales (Direcon). *Chile. 20 años de Negociaciones Comerciales*. Santiago: MINREL, 2009.
- Ferreira Simões, Antonio. *Integração: Sonho e realidade na América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2011.
- Fonseca, Gelson. Brasil y Chile: Anotaciones sobre cuarenta años de relaciones bilaterales (1966-2006). *Estudios Internacionales*, 154, 2006, pp. 117-138.
- Flisfish, Angel. "La Política Exterior Chilena y América del Sur". *Estudios Internacionales*, 168, 2011, pp. 115-142.
- Fuentes, Claudio. "La apuesta por el poder blando: política exterior de la Concertación 2000/2006". In Funk, Robert (org.), *El Gobierno de Ricardo Lagos. La nueva vía chilena hacia el socialismo*. Santiago: UDP, 2006, pp. 105-122.
- Fuentes, Cristián. "Balance crítico de la política exterior de Chile (1990-2007)". In Carlos Bascuñán et. al. (orgs.), *Más acá de los sueños, más allá de lo posible. La Concertación en Chile, vol. II*. Santiago: LOM, 2009, pp. 217-256.
- Gamboa, Ricardo y Huneeus, Carlos. "La interconexión gasífera Chile-Argentina: objetivos y actores". *Estudios Internacionales*, 2007, p. 157.
- _____. "Gobierno y Empresarios en la Formación de la Política Exterior Chilena. El caso del Acuerdo de Asociación Chile-Unión Europea". *Cuadernos de Estudios Latinoamericanos* 3, jan.-jun. 2008, pp. 29-54.
- Gomes Saraiva, Miriam. "Brazilian Foreign Policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur". *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (edição especial): 2010, pp. 151-168.
- Huneeus, Carlos. "Argentina y Chile: el conflicto del gas, factores de política interna Argentina". *Estudios Internacionales*, 158, 2007, pp. 179-212.
- Hirst, Mónica. "Los desafíos de la política sudamericana de Brasil". *Nueva Sociedad* 205: 2006, pp. 131-140.
- Instituto de Estudios Internacionales (IEI) e ICP-PUC. "Chile, las Américas y el Mundo. Opinión Pública y Política Exterior 2008". Santiago: IEI-ICP, 2008.

Leiva, Patricio. La Asociación Estratégica ChileUnión Europea. Santiago: Celare, 2003.

López, Dorotea e Felipe Muñoz. “La inversión extranjera directa: el caso de los capitales brasileños en Chile”, *Estudios Internacionales*, 160, 2008, pp. 83-105.

Milet, Paz. “Hechos y Política Exterior de la Concertación”. In Artaza, Mario e Rose Cave, editores (no prelo), 2011.

Moreno, Alfredo. “Discurso del canciller Moreno ante la Comisión de RREE del Senado”; www.minrel.gov.cl, 2010.

Moreno, Alfredo. “Discurso del canciller Moreno en la fundación Dom Cabral en Brasil”. www.minrel.gov.cl, 2010a.

Parish, Robert. “Democrats, Dictators, and Cooperation: the Transformation of Argentine-Chilean relations”. *LAPS* 48 (1), 2006, pp. 143-174.

Robledo, Marcos. “La Política Exterior de Chile 1990-2010 y la construcción social de la política internacional. Análisis preliminar y Perspectivas”. Documento de trabajo, UDP, 2011.

Senado do Chile. “Informe de la comisión de relaciones exteriores recaído en el proyecto de acuerdo, en segundo trámite constitucional, que aprueba el tratado constitutivo de UNASUR”; www.sil.cl, 2010.

Van Klaveren, Alberto. “Inserción Internacional de Chile”, In Toloza, Cristián y Eugenio Lahera (orgs.), *Chile en Los Noventa*, Santiago: Dolmen, 1998, pp. 117-160.

Vilalva, Mario. “La inserción de Brasil en América del Sur y en el nuevo orden internacional”, En *Relaciones Internacionales y Renovación del Pensamiento*, organizado por Patricio Leiva. Santiago: Universidad Miguel de Cervantes-Instituto de Estudios Humanísticos, 2010, pp. 45-50.

Walker, Ignacio. *Chile and Latin America in a Globalized Word*, SEAS, Singapura, 2006, p. 32.

Wehner, Leslie. “Chile’s Rush to Free Trade Agreements”. Giga, Working Paper, 2010.

Wilhelmy, Manfred. “La trayectoria de Chile frente a la región Asia Pacífico”, *Estudios Internacionales*, 167, 2010, pp. 125-142.

Wilhelmy, Manfred e Roberto Durán. “Los principales rasgos de la política exterior chilena entre 1973 y 2000”. *Revista de Ciencia Política*, 23 (2), 2003, pp. 273-286.

Wilhelmy, Manfred e Cristián Fuentes. “De la reinserción a la diplomacia para el desarrollo: política exterior de Chile 1992-1994”. In Van Klaveren, Alberto (org.) *América Latina en el Mundo*. Santiago: Editorial Los Andes, 1997, pp. 232-250.

O Autor

Ricardo Gamboa Valenzuela é advogado, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Tübingen, Alemanha. É professor do Instituto de Estudios Internacionales da Universidad de Chile.

